

1

DIREITO CIVIL

Parte Geral

SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

20^a
edição

revista e
atualizada



atlas

SUMÁRIO

Parte I

Introdução ao Direito Civil

1	Introdução ao Direito Civil.....	3
1.1	Tipicidade.....	6
2	Fontes do Direito	9
2.1	Lei.....	10
2.1.1	Classificação das Leis.....	12
2.2	Costume	15
2.3	Doutrina.....	18
2.4	Jurisprudência	19
2.5	Analogia	22
2.6	Princípios Gerais de Direito	23
2.7	Equidade.....	24
3	Direito Romano.....	27
3.1	Direito Romano – Compreensão e Importância	27
3.2	Fases do Direito Romano – Sua Divisão	29
3.2.1	Período Régio.....	29
3.2.2	Período da República.....	31
3.2.3	Período do Principado.....	40
3.2.4	Período da Monarquia Absoluta	41
3.3	Sistema do <i>Ius Civile</i>	42
3.4	Sistema do <i>Ius Gentium</i>	44
3.5	Codificação de Justiniano – Outras Codificações	45
3.5.1	Código	48
3.5.2	<i>Digesto</i>	49
3.5.3	<i>Institutas</i>	51
3.5.4	<i>Novelas</i>	51

3.5.5	Características e Importância Geral da Compilação de Justiniano.....	52
3.5.6	Destino da Codificação de Justiniano	53
3.6	Direito Romano e Moderno Direito Civil Brasileiro.....	53
4	Direito Civil	55
4.1	Direito Privado em Face do Direito Público	55
4.2	Direito Civil como um Ramo do Direito Privado	58
4.3	Importância do Direito Civil	60
4.4	Objeto do Direito Civil.....	61
4.5	Fontes do Direito Civil	62
5	Sistemas Jurídicos	63
5.1	O que se Entende por Sistema Jurídico.....	63
5.2	Por que Estudar os Fundamentos dos Vários Sistemas Jurídicos....	65
5.3	Sistemas Jurídicos no Mundo Contemporâneo	66
5.3.1	Introdução ao Sistema Romano-Germânico	66
5.3.2	<i>Common Law</i>	67
5.3.3	Relações entre o Sistema Romano-Germânico e o <i>Common Law</i>	71
5.3.4	Direitos Socialistas	72
5.3.5	Sistemas Filosóficos e Religiosos – Direito Chinês e Direito Japonês.....	74
5.4	Sistema Romano-Germânico: Características.....	76
5.4.1	Universidades.....	77
5.4.2	Dos Costumes à Codificação	79
5.4.3	Novas Tendências.....	80
6	Codificação	83
6.1	Introdução.....	83
6.1.1	Efeitos Positivos e Negativos da Codificação	85
6.1.2	Novos Rumos da Codificação.....	86
6.2	Código de Napoleão	87
6.3	Código Alemão (BGB)	88
6.4	Outras Codificações do Século XX	90
6.5	Técnicas da Codificação	91
7	Direito Civil Brasileiro	93
7.1	Direito Civil antes do Código.....	93
7.2	As Várias Tentativas de Codificação.....	94

7.3	Código Civil Brasileiro de 1916	96
7.4	Tentativas de Reforma Legislativa.....	97
8	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	99
8.1	A Lei de Introdução	99
8.2	A Lei e sua Obrigatoriedade	100
8.3	<i>Vacatio Legis</i> . Vigência	102
8.4	Modificação ou Revogação da Lei	103
8.5	Ninguém se Escusa de Cumprir a Lei, Alegando que não a Conhece (Art. 3º da Lei de Introdução)	105
8.6	Aplicação da Lei. Analogia, Costumes, Princípios Gerais de Direito....	107
8.7	Os Fins Sociais da Lei e as Exigências do Bem Comum.....	110
8.8	Ato Jurídico Perfeito, Direito Adquirido e Coisa Julgada.....	113

Parte II

Teoria Geral Do Direito Civil

9	Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano	121
9.1	Pessoa Natural	121
9.2	Ser Humano Sujeito de Direito – <i>Status Libertatis</i>	123
9.2.1	Escravidão	124
9.2.2	Condição de Liberto – Patronato	126
9.3	<i>Status Civitatis</i>	127
9.4	<i>Status Familiae</i>	127
10	Sujeitos de Direito (II)	129
10.1	Pessoa Natural	129
10.2	Começo da Personalidade Natural	131
10.2.1	Condição do Nascituro.....	134
10.3	Incapacidades. Absoluta e Relativa. Exclusão do Ausente do Rol de Incapacidades	138
10.3.1	Menores de 16 Anos.....	141
10.3.2	A Deficiência Mental. O Estatuto da Pessoa com Defi- ciência	142
10.3.3	Incapacidade Transitória	144
10.4	Incapacidade Relativa. Maiores de 16 e Menores de 18 Anos.....	144
10.4.1	Pródigos.....	145

10.4.2	Ébrios, Toxicômanos, Deficientes Mentais e os Excepcionais sem Desenvolvimento Mental Completo.....	146
10.4.3	Surdos-mudos. Deficientes Visuais. Perspectivas no Atual Código	147
10.5	Proteção aos Incapazes (<i>Leitura Adicional</i>)	148
10.6	Silvícolas (<i>Leitura Adicional</i>)	149
10.7	Emancipação.....	150
10.8	Ausência no Atual Código	155
10.9	Fim da Personalidade Natural. A Morte Presumida no Código Civil de 2002	156
10.9.1	Comoriência	163
10.9.2	Momento da Morte	166
10.10	Estado das Pessoas	166
10.11	Atos do Registro Civil.....	169
10.11.1	Nascimentos.....	171
10.11.2	Óbitos.....	172
10.11.3	Emancipação, Interdição e Ausência	173
10.11.4	Considerações Finais	173
11	Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais.....	175
11.1	Direitos da Personalidade. Noção e Compreensão	175
11.1.1	Direitos da Personalidade. Características. Enumeração	176
11.1.2	Tutela dos Direitos da Personalidade	180
11.1.3	Legitimidade para a Tutela dos Direitos da Personalidade	181
11.1.4	Proteção da Imagem, Nome, Privacidade e Outros Aspectos Afins.....	183
11.1.5	Direito ao Próprio Corpo.....	191
11.1.6	Pessoa Jurídica e Direitos da Personalidade	194
11.2	Nome Civil das Pessoas Naturais	196
11.2.1	Origens Históricas.....	197
11.2.2	Natureza Jurídica.....	198
11.2.3	Elementos Integrantes do Nome	199
11.2.4	Nome: Prenome e Sobrenome. Possibilidade de Alteração	201
11.2.4.1	Alteração do Nome da Mulher e do Marido..	209
11.2.4.2	Apelido de Família do Padrasto ou da Madrasta	212
11.2.4.3	Redesignação do Estado Sexual e Mudança de Prenome.....	212
11.2.5	Proteção do Nome.....	215

12 Domicílio	219
12.1 Domicílio no Direito Romano	220
12.2 Domicílio, Residência e Moradia	221
12.3 Unidade, Pluralidade, Falta e Mudança de Domicílio	223
12.4 Importância do Domicílio	226
12.5 Espécies de Domicílio	227
12.5.1 Domicílio de Eleição (Foro de Eleição)	231
12.6 Domicílio da Pessoa Jurídica	234
13 Pessoas Jurídicas no Direito Romano	237
13.1 Pessoa Jurídica – Introdução	237
13.2 Pessoa Jurídica no Direito Romano	237
13.3 Principais Pessoas Jurídicas	238
13.4 Capacidade das Pessoas Jurídicas no Direito Romano	239
14 Pessoas Jurídicas	241
14.1 Introdução	241
14.2 Denominação	243
14.3 Requisitos para a Constituição da Pessoa Jurídica	243
14.4 Natureza da Pessoa Jurídica	245
14.4.1 Doutrinas da Ficção	245
14.4.2 Doutrinas da Realidade	247
14.4.3 Doutrinas Negativistas	248
14.4.4 Doutrina da Instituição	248
14.4.5 Conclusão	249
14.5 Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica	250
14.6 Classificação das Pessoas Jurídicas	252
14.6.1 Pessoas Jurídicas de Direito Privado	254
14.6.2 Grupos com Personificação Anômala	257
14.7 Patrimônio como Elemento não Essencial da Pessoa Jurídica	261
14.8 Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas	261
14.8.1 Evolução Doutrinária da Responsabilidade Civil da Administração	266
14.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do Código Civil de 2002	268
14.8.3 Aplicação da Teoria do Risco Administrativo	272
14.8.4 Responsabilidade por Atos Legislativos e Judiciais	274
14.8.5 Reparação do Dano: a Ação de Indenização	275

14.9	Nacionalidade das Pessoas Jurídicas	276
14.10	Começo da Existência Legal da Pessoa Jurídica	276
14.10.1	Registro da Pessoa Jurídica	278
14.11	Sociedades e Associações	280
14.11.1	Associações	281
14.11.2	Organizações Religiosas e Partidos Políticos.....	293
14.12	Fundações	294
14.13	Transformações e Extinção da Pessoa Jurídica	301
14.14	Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	304
15	Bens em Direito Romano	311
15.1	Introdução.....	311
15.2	As Coisas <i>In Patrimonio</i>	311
15.2.1	<i>Res Mancipie</i> e <i>Res Nec Mancipi</i>	312
15.2.2	Coisas Corpóreas e Coisas Incorpóreas	312
15.2.3	Móveis e Imóveis	313
15.3	Coisas <i>Extra Patrimonium</i>	313
15.3.1	<i>Res Humani Iuris</i>	314
15.3.2	<i>Res Divini Iuris</i>	314
15.4	Divisões Modernas de Bens.....	314
15.5	Patrimônio	315
16	Os Bens e sua Classificação.....	317
16.1	Bens e Coisas: Objeto do Direito	317
16.2	Bens Corpóreos e Incorpóreos.....	319
16.3	Móveis e Imóveis.....	319
16.3.1	Regime dos Bens Imóveis.....	320
16.3.2	Regime dos Bens Móveis.....	326
16.4	Bens Fungíveis e Infungíveis	327
16.5	Bens Consumíveis e não Consumíveis.....	330
16.6	Bens Divisíveis e Indivisíveis	332
16.7	Bens Singulares e Coletivos	335
16.8	Bens Reciprocamente Considerados: Principais e Acessórios. Pertencas	336
16.8.1	Frutos, Produtos e Rendimentos.....	340
16.8.2	Benfeitorias	341
16.9	Bens Públicos e Particulares	343
16.10	Bens que Estão Fora do Comércio.....	346

17 Fatos, Atos e Negócios Jurídicos.....	349
17.1 Introdução: os Fatos Jurídicos.....	349
17.2 Negócio Jurídico.....	352
17.2.1 Classificação dos Negócios Jurídicos.....	354
17.3 Atos Jurídicos no Direito Romano	355
18 Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos.....	359
18.1 Aquisição dos Direitos.....	359
18.1.1 Direitos Atuais e Direitos Futuros.....	360
18.1.2 Direitos Eventuais	361
18.1.3 Expectativas de Direito.....	362
18.1.4 Direitos Condicionais.....	362
18.1.5 Direitos Potestativos	364
18.2 Modificação dos Direitos.....	366
18.3 Defesa dos Direitos	367
18.3.1 Legítimo Interesse: Condições da Ação	370
18.4 Extinção dos Direitos	371
19 Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies	375
19.1 Conceito	375
19.2 Evolução Histórica da Representação	376
19.3 Figura do Núncio	377
19.4 Representação Legal e Voluntária.....	378
19.5 Efeitos da Representação.....	381
20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade.....	385
20.1 Elementos, Pressupostos e Requisitos	385
20.2 Vontade e sua Declaração	387
20.2.1 Elementos Constitutivos da Declaração de Vontade.....	388
20.2.2 Silêncio como Manifestação de Vontade.....	390
20.3 Capacidade do Agente.....	392
20.3.1 Legitimação	393
20.4 Forma.....	394
20.5 Objeto	396
20.6 Causa.....	399
21 Interpretação dos Negócios Jurídicos	403
21.1 Sentido da Interpretação dos Negócios Jurídicos.....	403
21.2 Interpretação no Código Civil. A Boa-Fé	405

22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro	419
22.1 Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	419
22.2 Erro ou Ignorância.....	422
22.3 Escusabilidade do Erro.....	424
22.4 Erro Substancial e Erro Acidental.....	426
22.5 Erro Consistente numa Falsa Causa	429
22.6 Erro de Fato e Erro de Direito	429
22.7 Art. 141 do Código Civil.....	430
22.8 Art. 142 do Código Civil.....	431
22.9 Erro de Cálculo	431
22.10 Aceitação da Manifestação de Vontade Errônea pelo Declaratário....	433
22.11 Erro e Vícios Redibitórios	435
22.12 Erro Sobre o Valor.....	435
22.13 Consequências da Anulação do Negócio por Erro – Interesse Negativo.....	436
23 Dolo.....	439
23.1 Conceito	439
23.2 Erro e Dolo.....	441
23.3 Dolo e Fraude	442
23.4 Requisitos do Dolo.....	442
23.4.1 Dolo Essencial e Dolo Acidental	443
23.4.2 <i>Dolus Bonus e Dolus Malus</i>	444
23.5 Dolo Positivo e Dolo Negativo	447
23.6 Dolo de Terceiro: Diferença de Tratamento da Coação Praticada Por Terceiro no Código de 1916	450
23.7 Dolo do Representante	453
23.8 Dolo de Ambas as Partes.....	455
24 Coação e Estado de Perigo	457
24.1 Conceito	457
24.2 Requisitos da Coação.....	460
24.2.1 Essencialidade da Coação	460
24.2.2 Intenção de Coagir	461
24.2.3 Gravidade do Mal Cominado	461
24.2.4 Injustiça ou Ilícitude da Cominação.....	462
24.2.5 Dano Atual ou Iminente.....	464
24.2.6 Justo Receio de Prejuízo Igual, pelo Menos, ao Decorrente do Dano Extorquido. A Posição do Atual Código.....	465

24.2.7 Ameaça de Prejuízo à Pessoa ou Bens da Vítima, ou Pessoas de sua Família	465
24.3 O Temor Reverencial	466
24.4 Coação por Parte de Terceiros.....	468
24.5 Estado de Necessidade ou Estado de Perigo. Situações Afins.....	469
25 Lesão.....	473
25.1 Introdução.....	473
25.2 Noção Histórica.....	474
25.3 Conceito e Requisitos	475
25.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor	481
25.5 Procedimento Judicial	483
25.6 Renúncia Antecipada à Alegação de Lesão	483
25.7 Prazo Prescricional	483
26 Fraude Contra Credores.....	485
26.1 Introdução.....	485
26.2 Noção Histórica.....	486
26.3 Fraude em Geral.....	487
26.4 Fraude contra Credores.....	488
26.4.1 Requisitos	491
26.4.2 Ação Pauliana	497
26.5 Casos Particulares Estatuídos na Lei	499
26.5.1 Outros Casos Particulares de Fraude Contra Credores	503
26.6 Fraude de Execução	505
26.7 Ação Revocatória Falencial.....	508
26.8 Conclusão.....	508
27 Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo.....	511
27.1 Introdução – Elementos Acidentais do Negócio Jurídico	511
27.2 Condição	512
27.2.1 Condições Lícitas e Ilícitas.....	514
27.2.2 Condição Perplexa e Potestativa	518
27.2.3 Condição Impossível no Código de 1916	521
27.2.3.1 Condições que Invalidam o Negócio Jurídico no Atual Código.....	522
27.2.4 Condição Resolutiva e Condição Suspensiva	523

27.2.5	Implemento ou Não Implemento das Condições por Malícia do Interessado. Frustração da Condição.....	530
27.2.6	Retroatividade da Condição	532
27.2.7	Condição e Pressuposição.....	533
27.3	Termo.....	534
27.3.1	O Prazo	536
27.4	Encargo.....	538
28	Invalidade dos Negócios Jurídicos.....	543
28.1	Introdução ao Estudo das Nulidades do Negócio Jurídico	543
28.2	Nulidade.....	544
28.2.1	Conversão do Negócio Jurídico.....	554
28.3	Anulabilidade	555
28.3.1	Ratificação ou Confirmação dos Negócios Anuláveis.....	559
28.4	Distinção entre Negócios Nulos e Negócios Anuláveis	561
28.5	Problemática da Inexistência dos Negócios Jurídicos.....	562
29	Simulação	565
29.1	Conceito	565
29.2	Requisitos	568
29.3	Espécies de Simulação	570
29.4	Simulação Absoluta e Simulação Relativa	573
29.5	Simulação Maliciosa e Simulação Inocente.....	575
29.6	Síntese da Simulação no Direito Atual.....	577
29.7	Simulação e Defeitos Afins. Reserva Mental. Reserva Mental no Código de 2002.....	579
29.7.1	Reserva Mental	581
29.8	Ação de Simulação.....	583
29.9	Prova da Simulação.....	587
30	Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito	589
30.1	Responsabilidade Civil, Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	589
30.2	Elementos da Responsabilidade Extracontratual (Extranegocial) ou Aquiliana.....	593
30.3	Exclusão ou Diminuição da Responsabilidade	599
30.4	Abuso de Direito	603
30.4.1	Conceito de Abuso de Direito	604
30.4.2	Alguns Exemplos Significativos de Abuso de Direito	605

30.4.3	Aplicação da Teoria do Abuso em Nosso Direito	607
30.4.4	Abuso de Direito no Atual Código Civil	609
31	Prescrição e Decadência	613
31.1	Influência do Tempo nas Relações Jurídicas	613
31.2	Prescrição Extintiva e Prescrição Aquisitiva	614
31.3	Síntese Histórica da Prescrição	615
31.4	Conceito e Requisitos da Prescrição	616
31.4.1	Ações Imprescritíveis	618
31.4.2	Prescrição e Decadência	620
31.4.3	Disposições Legais sobre a Prescrição	625
31.4.4	Impedimento, Suspensão e Interrupção da Prescrição ...	630
31.5	Prazos de Prescrição no Código de 1916 (Leitura Complementar)	640
31.6	Prescrição e Decadência no Código Civil de 2002. A Nova Decadência	641
32	Forma e Prova dos Negócios Jurídicos	647
32.1	Conceito, Valor e Função da Forma	647
32.1.1	Escritura Pública e Instrumento Particular	652
32.2	Prova dos Negócios Jurídicos	653
32.2.1	Meios de Prova	655
32.2.2	Confissão	656
32.2.3	Atos Processados em Juízo	658
32.2.4	Documentos Públicos ou Particulares	659
32.2.5	A Prova Testemunhal	661
32.2.6	Presunções e Indícios	664
32.2.7	A Perícia. A Inspeção Judicial	666
	Bibliografia	669
	Índice Remissivo	675